

Os desafios do processo de Educação Permanente em Saúde em uma Unidade de Saúde da Família

A educação para o trabalho em saúde constitui-se como eixo fundamental no SUS, previsto na Constituição Federal de 1988, nas Leis Orgânicas da Saúde (Leis Federais nºs 8.080/90 e 8.142/90) e na NOB-RH/SUS (2003), sendo regulamentado através da Portaria GM/MS nº 1.996, de 2007, que institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) (BRASIL, 2009).

A Educação Permanente se dá como aprendizagem no trabalho, onde o aprender e ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho. Propõe-se, portanto, que os processos de capacitação dos trabalhadores da saúde tome como referência as necessidades de saúde das pessoas e das populações, da gestão setorial e do controle social em saúde, e que tenham como objetivos a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, sendo estruturados a partir da problematização do processo de trabalho (BRASIL, 2003).

Tal processo de formação não se pretende unificador e equalizador das práticas de educação em saúde, e tem por desafio considerar as diferenças e a criatividade dos atores envolvidos. Tendo por base tais considerações, percebe-se que o mesmo se efetiva de forma diferenciada em cada Unidade de Saúde da Família (USF), de acordo com as características loco-regionais e com a realidade política e social.

A USF na qual o presente estudo foi realizado está situada em um município de pequeno porte, da região norte do Paraná, com uma população estimada em 45 mil habitantes, de acordo com o último recenseamento. Na área de abrangência da USF estão cadastradas 5.281 pessoas, distribuídas em quatro bairros. Em seu quadro técnico, a USF conta com 36 profissionais, de nível médio e superior, além de 05 residentes em Saúde da Família. Possui 02 equipes de Saúde da Família e 02 de Saúde Bucal.

A Educação Permanente em Saúde (EPS), para equipes da estratégia Saúde da Família na USF analisada é definida em cronograma anual pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e ocorre em encontros mensais, com duração de 03 horas, no qual a USF permanece fechada. Embora destinada à todos os profissionais, a participação é facultativa àqueles que atuam em período contrário ao de sua realização. Devido à inadequação da estrutura física, como a ausência de sala de reuniões, os encontros da EPS ocorrem na recepção da USF, e sua estruturação envolve o repasse de informações gerais pela equipe de coordenação, seguida de discussões pertinentes à organização dos atendimentos à demanda.

O processo de EPS constitui-se então como uma reunião geral de equipe, para discussão, sugestão e críticas à organização dos serviços, deixando, portanto, de corresponder à caracterização da EPS como um modo de formação continuada. A inserção de residentes multiprofissionais em saúde da família (RMSF) na USF e a percepção de que, da forma como vêm sendo realizados, os encontros de EPS são insuficientes para atender as necessidades das equipes, no que tange tanto às reuniões gerais de equipe, como ao processo de formação em saúde, pois tais ações não são planejadas,

não possuem objetividade, direcionamento, resolutividade, resultando na impossibilidade de discussões organizadas dos processos de trabalho, fluxos de atendimento, limitando assim os canais de comunicação entre as equipes, além de não propiciar um processo efetivo de formação em saúde.

Tais questões instigaram os residentes a levar os atores envolvidos à reapropriação da EPS como lugar de formação e à construção de novos espaços para discussão de assuntos referentes à organização da demanda. O objetivo do presente estudo é relatar as estratégias utilizadas neste processo.

Buscou-se problematizar junto às equipes de Saúde da Família as diferenças entre EPS e reuniões gerais de equipe, disparando, junto aos profissionais, questionamentos acerca de tal problemática, através de dinâmicas de grupos e reflexões do processo de trabalho, da integração da equipe e da importância da formação para a efetividade do trabalho em saúde, levando-os a indagações acerca da efetividade e resolutividade do processo de EPS da forma como vinha ocorrendo.

Desse modo, os profissionais de saúde identificaram a necessidade de reorganizar/planejar os encontros de EPS e criar novos espaços para a realização de reuniões gerais. Na dificuldade em viabilizar outros horários/espaços para as reuniões gerais, optaram então, pela utilização do espaço cedido pela SMS para realização da EPS, fazendo a distinção entre encontros de EPS e reuniões gerais de equipe, sendo que, em um mês será realizado uma reunião geral de equipe, e no outro, a EPS.

Tais discussões possibilitaram o surgimento de ações de grande relevância para a organização do serviço, uma vez que mostrou a necessidade de realização periódica de reuniões gerais e entre as equipes para melhor organização do processo de trabalho, discussão dos fluxos de atendimento, discussão de casos, possibilitando o estabelecimento de uma rotina de diálogo entre os profissionais, garantindo melhorias no atendimento ao usuário.

O modo pelo qual este processo vem se realizando permite que os profissionais se apropriem dos espaços de discussão, possibilitando a emergência de conflitos e dificuldades, cuja superação se dará a partir dos diálogos e da reflexão contínua. Ressalta-se que este é um processo dinâmico e em construção, que não se esgota nessas ações iniciais, disparadas a partir da inserção da residência na USF, mas que se pretende perpassar todo o cotidiano da organização do serviço.

Percebe-se assim que reavaliar as práticas de formação e educação na atenção básica constitui-se num desafio constante, que envolve o ato de qualificar o discurso dos profissionais, validar suas demandas, aproximar gestores, profissionais e usuários, promover a responsabilidade e o comprometimento de toda equipe na construção de uma política pública pautada em princípios de cidadania e equidade.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. *Política Nacional de Educação Permanente em Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Comissão Intergestores Tripartite. *Política de Educação e Desenvolvimento para o SUS*. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.